



RELATÓRIO ANUAL **2014**

# 12%

**APROVEITE**  
**12%** DO  
BENEFÍCIO FISCAL  
E **GANHE** DE  
TRÊS MANEIRAS  
DIFERENTES.

Primeiro, porque esse dinheiro é **inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.**

Segundo, porque com uma base de cálculo menor, **você tem menos imposto a pagar.**

E terceiro, porque **o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.**

**ACIPREV**   
aposentadoria complementar

Para conhecer melhor este benefício, ligue  
**4002 0606** capitais e **0800 284 0606** demais localidades

Acesse o site [www.aciprevprevidencia.com.br](http://www.aciprevprevidencia.com.br)

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	4
ADMINISTRAÇÃO DA ACIPREV	6
PANORAMA ECONÔMICO DE 2014	8
<b>RESULTADOS DO PLANO EM 2014</b>	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS	15
INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO	25
INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	27
RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	30
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL	35
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	37
GLOSSÁRIO	39
ANEXO PARECER ATUARIAL	42

## **MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA**

## MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da ACIPREV – Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2014.

Recentemente a SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, órgão fiscalizador do mercado de previdência complementar fechado, publicou Instruções que normatizaram os procedimentos de divulgação de informações aos participantes e assistidos.

**Em razão destas publicações, a partir desse ano, o Relatório Anual – versões completa e resumida - será disponibilizado exclusivamente por meio eletrônico na área restrita do Participante em [www.aciprevprevidencia.com.br](http://www.aciprevprevidencia.com.br)**

Encerramos o exercício de 2014 com 528 participantes ativos. A contribuição média dos participantes teve crescimento de 7% em 2014.

O Relatório Anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade e ao seu Plano de Benefícios. Com o envio do documento, o CNBPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

**Boa Leitura!**

## ADMINISTRAÇÃO DA ACIPREV

## **ADMINISTRAÇÃO DA ACIPREV (EM 31/12/2014)**

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor Presidente: **Douglas Aparecido Guzzo**

Diretora de Benefício: **Rosângela Gallo Lolli Agostinho**

Diretor Administrativo: **Vanderlei Barufaldi**

Diretor de Patrimônio: **Veridiano Bispo dos Santos**

Diretora Financeira e AETQ: **Ângela Maria Telles de Souza**

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente: **Dimas Antônio Zulian**

Vice-Presidente: **André Luis Salim**

Conselheiro Titular: **Marcelo Fiorani**

Conselheiro Titular: **João Misson Neto**

Conselheiro Titular: **Nelson Ginetti**

Conselheiro Titular: **José Antonio Camacho**

Conselheiro Titular: **Edinei Marin**

Conselheiro Titular: **Nelson Pacheco**

Conselheiro Titular: **Germano Pavan Neto**

Conselheiro Suplente: **Hebert Ricardo Rossi**

Conselheiro Suplente: **Carlos Alberto Marques Penteado**

Conselheiro Suplente: **Dilézio Ciamarro**

Conselheiro Suplente: **Ozanini Mário Rosineli**

Conselheiro Suplente: **Eduardo José Pereira**

Conselheiro Suplente: **Fábio Oscar Santarosa**

Conselheiro Suplente: **Marcos Alexandre Cavicchiolli**

Conselheiro Suplente: **Antônio Morelli Júnior**

Conselheira Suplente: **Iraildi Degasperi**

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: **Valdessir Javaroni**

Vice-Presidente: **Geraldo Luiz Bueno**

Conselheiro Titular: **Marco Antônio Mastrodi**

Conselheiro Suplente: **José Almir Curciol**

Conselheira Suplente: **Elza Cassitas Sferra**

Conselheiro Suplente: **Valmir Frizzarin**

# PANORAMA ECONÔMICO DE 2014



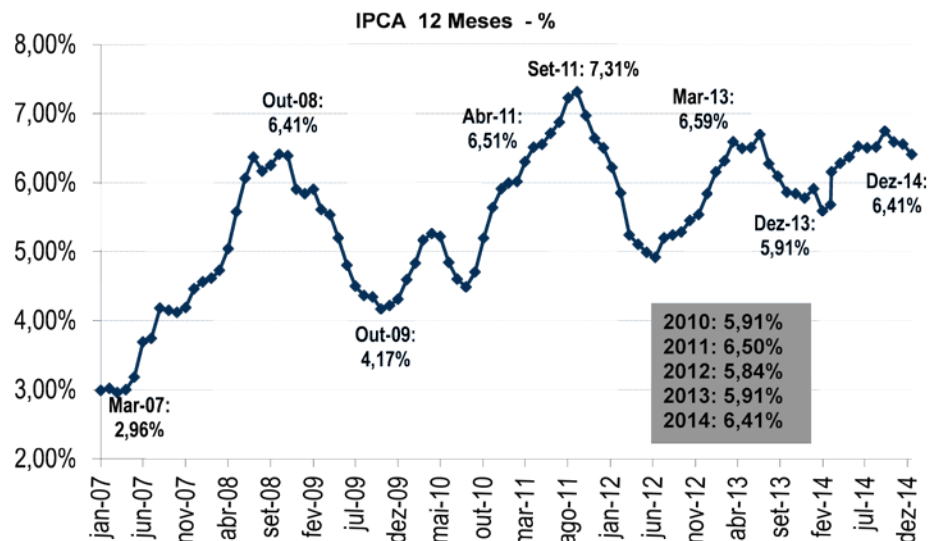
## PANORAMA ECONÔMICO DE 2014

O ano de 2014 chegou ao fim com a inflação perto do limite superior da meta de 6,5%. Ao ser divulgado o PIB de 2014 em fins de março deste ano, haverá um resultado melancólico em termos de crescimento, com o PIB tendendo a ficar virtualmente estagnado em relação a 2013. De acordo à última projeção do Banco Central, publicada no Relatório Trimestral de Inflação de dezembro, em 2014 o PIB terá crescido apenas 0,2%, ou seja, o PIB per capita terá recuado. Já a mediana do último consenso de mercado para 2014, coletado e divulgado pelo Banco Central, mostra estimativa de crescimento zero do PIB. Nós gostaríamos de ressaltar que não seria uma surpresa se o PIB de 2014 acabasse mesmo em terreno negativo. Além disso, o resultado das contas fiscais se deteriorou fortemente em comparação às já combatidas contas públicas de 2013. O quadro das contas externas do País também se deteriorou mais um pouco em 2014, após uma grande deterioração sofrida em 2013.

Enfim, o ano de 2014 foi caracterizado por um quadro de descontrole significativo das contas públicas, de instabilidade macroeconômica e de estagnação econômica. Para piorar a situação com a qual está começando 2015, a falta de chuvas está impondo sérios riscos à geração de energia elétrica e ao abastecimento de água em algumas cidades e em setores importantes do agronegócio. Para se perceber a importância da água para o agronegócio, que conta com extensas plantações irrigadas, do total do consumo anual de água no País, cerca de 70% são utilizados por esse setor. Apenas 10% vão para o consumo humano. Se houver necessidade de racionamento poderemos esperar uma queda na produção agropecuária em 2015, que se somaria ao já frágil desempenho esperado para a indústria.

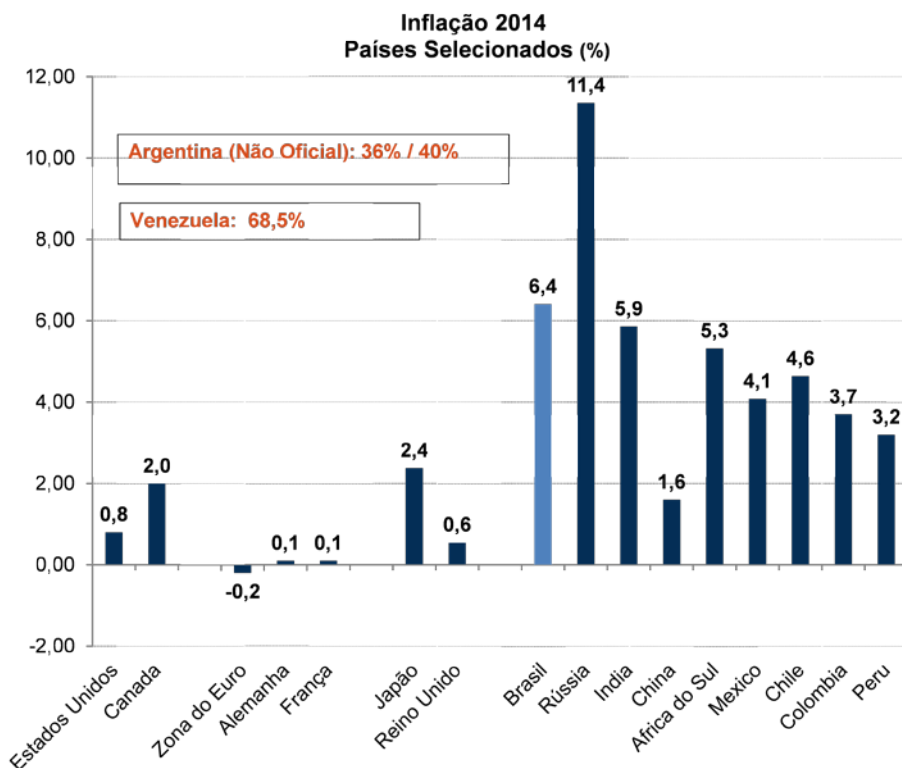
O IPCA registrou inflação de 6,41% em 2014, apesar do represamento de alguns preços administrados. Não tivesse ocorrido tal represamento, o IPCA teria estourado o teto da meta de 6,5%. Com efeito, os preços de mercado dentro do IPCA subiram 6,72%. O fato é que com o resultado de 2014, o Brasil descumpriu a meta central de inflação de 4,5% pelo quinto ano consecutivo. Em nenhum deles o IPCA sequer fechou abaixo de 5,5%.

Isto não é nada razoável para um país que adota o sistema de metas de inflação, de modo que o Banco Central viu a sua credibilidade bastante arranhada.



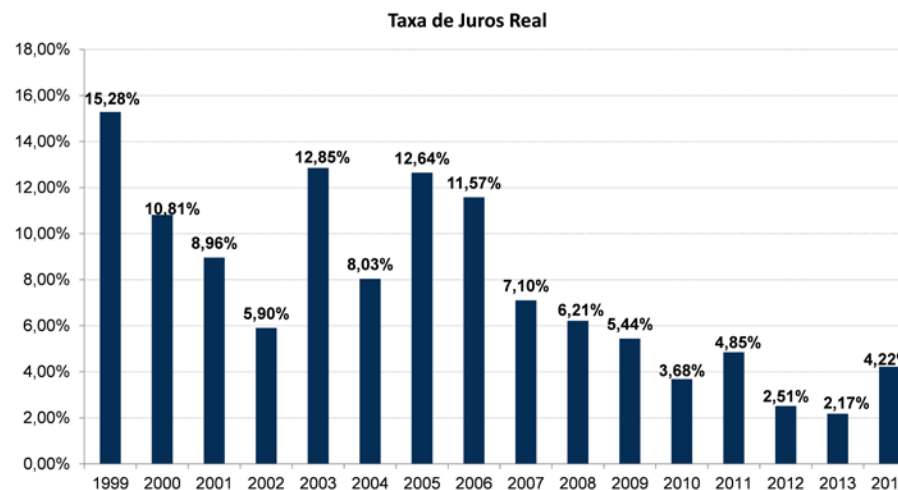
Em 2014, o Brasil teve a segunda maior taxa de inflação dentre os países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Foi somente superado pela inflação de dois dígitos da Rússia (11,4%). De todo modo, devemos ter em conta que a Rússia não está se desempenhando dentro da normalidade, tendo em vista os graves problemas geopolíticos que tem com os enfrentamentos de fronteira com a vizinha Ucrânia. A China, grande parceiro comercial do Brasil e país competidor em terceiros mercados, está com uma taxa de inflação muito baixa, de apenas 1,6%, bem abaixo da meta central do Governo chinês, que é de 3,5%. Diga-se de passagem, que não somente a meta central da China é menor que a do Brasil, senão que há vários anos que o Brasil vem perdendo competitividade por registrar inflação muito acima da meta central e muito acima de parceiros comerciais.

Para efeitos de comparação, no gráfico abaixo, colocamos também a inflação de 2014 para outros países selecionados da América Latina e os principais países de economia avançada. Os países latino-americanos que aparecem no gráfico tem tido um bom desempenho econômico nos últimos anos, o que refuta o argumento da anterior equipe econômica de que controlar a inflação leva a um menor crescimento econômico. Quando os números venham a público, Brasil vai ter tido um dos piores crescimentos de PIB da América Latina.



Não é necessário falar muito do péssimo desempenho dos vizinhos Argentina e Venezuela, que estão apresentando inflação altíssima, queda de PIB, falta de divisas e sério desabastecimento de produtos no caso da Venezuela.

A taxa de juros real ex-post em 2014 ficou em 4,2% (a Selic efetiva no ano de 2014, deflacionada pelo IPCA de 2014). Por conta da rápida aceleração da inflação e a manutenção por longo tempo de juros baixos em 2013, a taxa de juros real daquele ano tinha sido de apenas 2,2%. Claramente, tendo em vista a necessidade de mudanças estruturais significativas nas finanças públicas, taxas de juros reais assim de baixas no Brasil não permitem um ambiente de estabilidade macroeconômica.



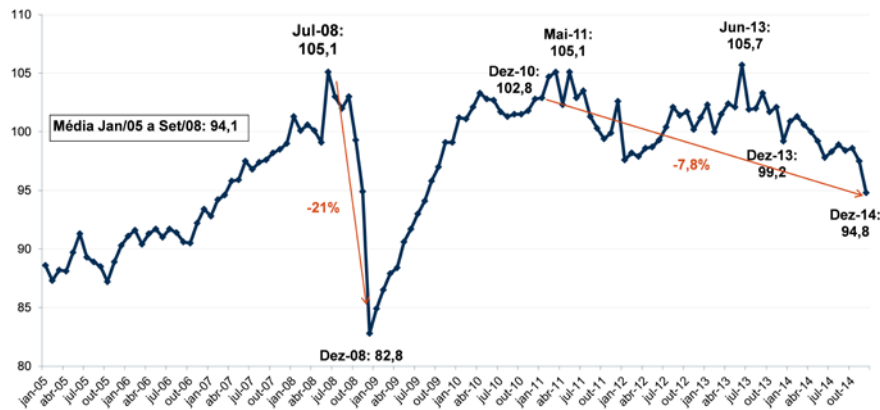
Os dados sobre atividade industrial em 2014 mostram um fraquíssimo desempenho desse setor, com o volume de produção industrial em queda de 3,2% em relação a 2013. No ano de 2014, todas as categorias pesquisadas mostraram queda, com destaque para a redução de 9,6% na produção de bens de capital, reflexo do baixo nível de investimento. A produção de bens duráveis de consumo também caiu significativamente (-9,2%). Evidentemente, na esteira desse desempenho negativo, o nível de emprego no setor industrial continuou recuando em 2014.

**Produção Industrial  
(%Anual)**

Setores	2013	Jul-14	Ago-14	Sep-14	Out-14	Nov-14	Dez-14	Dez-14*	12 Meses
Bens de Capital	13,3	-6,4	-13,4	-7,9	-11,4	-9,7	-11,9	-23,0	-9,6
Bens Intermediários	0,0	-3,6	-3,3	-1,7	-2,8	-5,8	-1,5	-0,8	-2,7
Bens de Consumo	-0,2	-2,8	-6,7	-0,5	-2,2	-5,0	-3,2	-2,0	-2,5
Duráveis	0,7	-13,7	-17,9	-7,3	-9,6	-11,0	-9,7	-2,2	-9,2
Não Duráveis e Semi-Durav	-0,5	0,6	-3,1	1,6	0,2	-3,1	-1,3	-1,7	-0,3
<b>Indústria Geral</b>	<b>1,2</b>	<b>-3,6</b>	<b>-5,4</b>	<b>-2,1</b>	<b>-3,0</b>	<b>-5,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-3,2</b>

Fonte: IBGE / \* Ajustado Sazonalmente

**Produção Industrial - Com Ajuste Sazonal (Nova Série)**

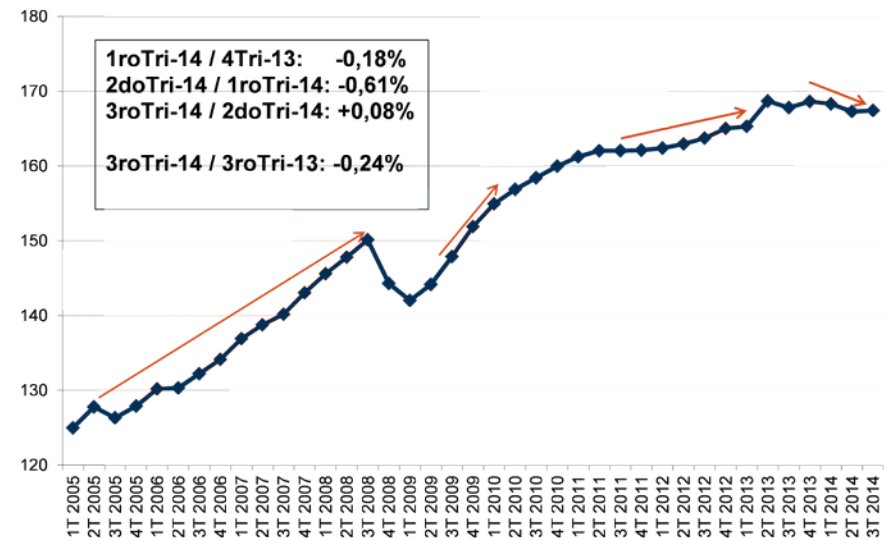


Em dezembro do ano passado, propriamente dito, a produção industrial recuou 2,8% em relação a novembro, na série com ajuste sazonal. Aliás, como mostra o gráfico de produção industrial dessazonalizada, nos quatro anos do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, a indústria perdeu terreno, já que o nível total da produção industrial em dezembro do ano passado foi 7,8% menor do que em dezembro de 2010.

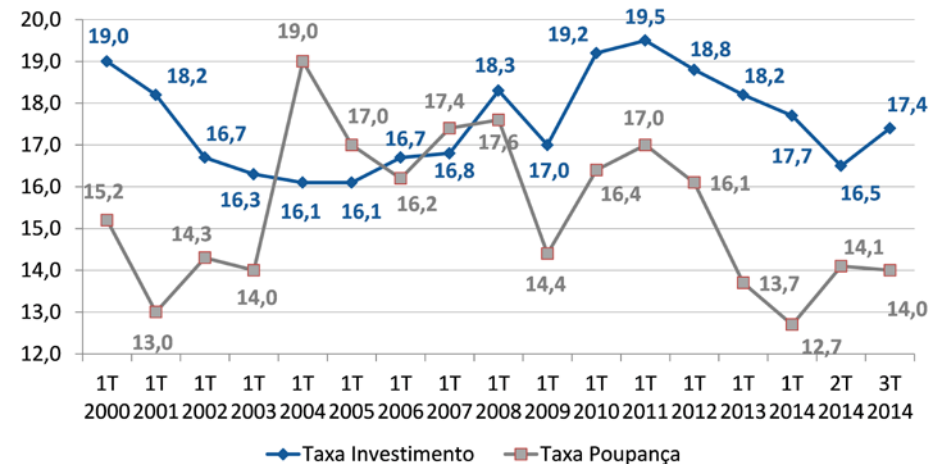
Como mencionamos acima, somente em fins de março deste ano teremos os dados do PIB fechado de 2014, mas os dados oficiais até o terceiro trimestre do ano passado não são nada alvissareiros. O PIB caiu dois trimestres seguidos em termos anuais, -0,9% e -0,2%, no segundo e terceiro trimestres de 2014, respectivamente. Nos quatro anos do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, o PIB vai ter crescido somente pouco mais de 1% ao ano em média, um desempenho muito medíocre para um país emergente.

Algo especialmente preocupante, é que a taxa de investimento como proporção do PIB tem sido muito baixa, em praticamente todos os setores e desta forma não garante a recuperação do crescimento sustentado a taxas compatíveis com o que se espera de um país emergente.

**PIB Trimestral com Ajuste Sazonal**



**Taxa de Investimento e Poupança (% do PIB)**



A taxa de investimento como proporção do PIB não alcançou nem 20% em nenhum trimestre desde o início do ano 2000. E, recentemente, tem ficado abaixo de 18% do PIB. A taxa de investimento como proporção do PIB não alcançou nem 20% em nenhum trimestre desde o início do ano 2000. E, recentemente, tem ficado abaixo de 18% do PIB. A taxa de investimento de 17,4% do PIB no terceiro trimestre de 2014 foi a menor para terceiros trimestres desde 2002! Para efeitos de comparação, registramos algumas taxas de investimento como proporção do PIB em 2013, segundo dados compilados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI): México (22%), Colômbia (25%), Peru (28%), Chile (24%), Uruguai (24%), Índia (31%) e China (48%). A verdade é que o setor público não tem dinheiro para investir e para que o setor privado seja estimulado a tomar o risco de investir é necessário que haja confiança no longo prazo e que se lhe garanta rentabilidade, segurança jurídica e segurança regulatória. Senão, não vai ser possível contar com um aumento significativo da taxa de investimento que leve o Brasil para um novo ciclo de crescimento a taxas elevadas. De acordo aos dados fechados do FMI, o PIB dos Países Emergentes e em Desenvolvimento cresceu em média 5,1% e 4,7% em 2012 e 2013, respectivamente. Enquanto isso, o Brasil cresceu 1% e 2,5% nesses mesmos anos. Também de acordo às últimas projeções do próprio FMI, os Países Emergentes e em Desenvolvimento terão crescido 4,4% em 2014 e crescerão 4,3% em 2015. Novamente o Brasil ficou muito atrás dos seus pares nas últimas projeções do FMI: crescimento do PIB de 0,1% em 2014 e 0,3% em 2015. O consenso de mercado pesquisado pelo Banco Central do Brasil é de taxas ainda piores que essas.

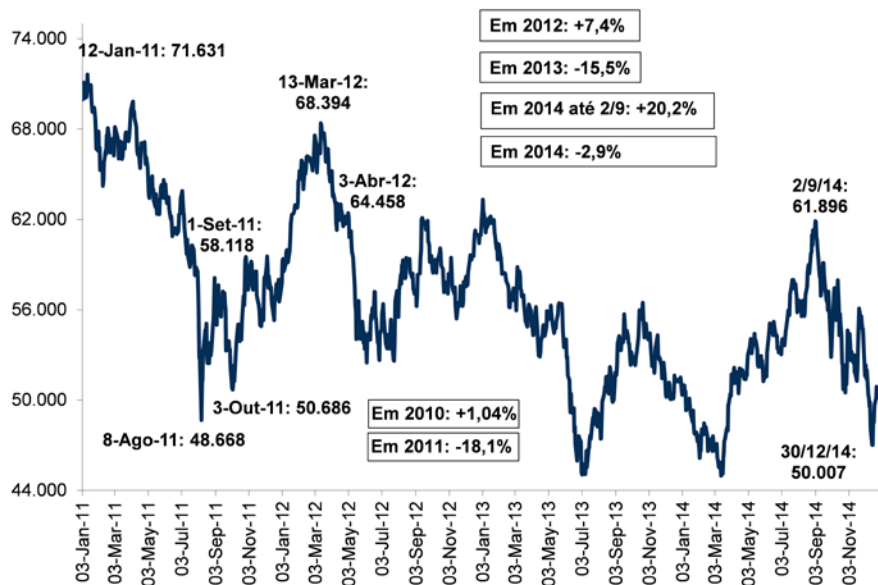
Além da estagnação econômica e da alta inflação, preocupa muito o tamanho do déficit das contas públicas bem como o das contas externas. É claro que um dos motivos mais importantes para a alta inflação é justamente a pressão de um gasto público muito maior que a receita. O grave descontrole das finanças públicas levou ao primeiro déficit nas contas primárias do setor público (receitas menos despesas não financeiras) na série histórica (desde novembro de 2002). De janeiro a dezembro do ano passado, as contas públicas registraram um déficit primário de R\$32,5 bilhões (-0,63% do PIB),

comparado a um superávit de R\$91,3 bilhões (1,88% do PIB) no mesmo período de 2013. Ou seja, a piora das contas públicas no ano eleitoral de 2014 atingiu 2,51 pontos percentuais do PIB (de superávit de 1,88% para déficit de 0,63% do PIB). Com isto, a dívida bruta do setor público continuou aumentando e fechou dezembro em 63,4% do PIB, um patamar muito elevado para um país emergente. O mais grave é que em apenas um ano, o endividamento público deu um salto de 6,7 pontos percentuais do PIB pois em dezembro de 2013 a dívida bruta era da ordem de 56,7% do PIB. Esse salto corresponde ao chamado déficit nominal do setor público (6,7% do PIB em 2014), em comparação a apenas 2,48% do PIB em dezembro de 2010, antes da Presidente Dilma Rousseff assumir o cargo. Esses números são verdadeiramente insustentáveis e por isso houve a necessidade imperiosa de anunciar um severo ajuste fiscal para 2015.

Para piorar o quadro geral macroeconômico, a conta corrente do balanço de pagamentos está apresentando um déficit crescente que precisa ser financiado, de preferência com investimento direto estrangeiro. Em 2014, o déficit das transações correntes do balanço de pagamentos alcançou US\$91 bilhões (equivalente a 4,17% do PIB), de novo um valor insustentável no médio prazo. O investimento direto estrangeiro (investimento estratégico) neste mesmo período chegou a US\$62,5 bilhões, ou seja, ficou muito aquém do necessário para financiar a totalidade do déficit externo. A situação das contas externas era bem mais tranquila há apenas dois anos atrás. Em 2012, o déficit da conta de transações correntes foi de US\$54,2 bilhões, que foi mais do que coberto pelo investimento direto estrangeiro de US\$65,3 bilhões naquele ano. O nível de reservas internacionais do Brasil continua bastante elevado (US\$374 bilhões em fins de dezembro). Isto é, não há um risco iminente de falta de divisas, mas a taxa de câmbio ficará doravante bem mais desvalorizada do que já foi nos últimos anos.

Por fim, como era de se esperar, o IBOVESPA tem refletido a rápida deterioração do cenário macroeconômico, o aumento da incerteza e a grande volatilidade. Mais uma vez, em 2014 a bolsa fechou no negativo.

### Índice Bovespa



Embora esteja claro que 2015 não vai ser um ano fácil, a disposição que a presidente reeleita mostrou de imprimir uma grande mudança de rumo à política econômica do segundo mandato, caso isto seja possível de levar adiante com firmeza, trará alguns frutos já em 2016. De todo modo, ainda existe muita incerteza quanto à capacidade que o governo terá de reverter o dano dos últimos anos em um horizonte relativamente curto.

**(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista  
Chefe do Grupo Icatu Seguros)**

**RESULTADOS DO PLANO EM 2014**

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

# RESULTADOS DO PLANO EM 2014

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)		Exercício findo em		
ATIVO	Nota	31.12.14	31.12.13	Δ%
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>58</b>	<b>-81%</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>421</b>	<b>136</b>	<b>210%</b>
Gestão Previdencial		-	3	-100%
Gestão Administrativa		1	-	100%
Investimentos	5	420	133	216%
Fundos de Investimento		420	133	216%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>432</b>	<b>194</b>	<b>123%</b>

(Em milhares de Reais)		Exercício findo em		
PASSIVO	Nota	31.12.14	31.12.13	Δ%
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0%</b>
Gestão Previdencial		2	-	100%
Gestão Administrativa		1	3	-67%
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>6</b>	<b>429</b>	<b>191</b>	<b>125%</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano		429	191	125%
Provisões Matemáticas		429	191	125%
Benefícios a Conceder		429	191	125%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>432</b>	<b>194</b>	<b>123%</b>

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em milhares de Reais)		Exercício findo em		
	Nota	31.12.14	31.12.13	Δ%
<b>A) Patrimônio Social – Início do Exercício</b>		<b>191</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
<b>1. Adições</b>		<b>339</b>	<b>303</b>	<b>12%</b>
Contribuições Previdenciais	7.1	231	192	20%
Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	8.1	19	2	850%
Receitas Administrativas		89	109	-18%
<b>2. Destinações</b>		<b>(101)</b>	<b>(112)</b>	<b>-10%</b>
Benefícios	7.2	(3)	(2)	50%
Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	8.1	(9)	(1)	800%
Despesas Administrativas		(89)	(109)	-18%
<b>3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>238</b>	<b>191</b>	<b>25%</b>
Provisões Matemáticas	7.3	238	191	25%
<b>B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3)</b>		<b>429</b>	<b>191</b>	<b>125%</b>



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em milhares de Reais)	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.14	31.12.13	
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		191	-	100%
<b>1. Adições</b>		259	201	29%
Contribuições		240	199	21%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.1	19	2	850%
<b>2. Destinações</b>		(21)	(10)	110%
Benefícios		(3)	(2)	50%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.1	(9)	(1)	800%
Custeio Administrativo		(9)	(7)	29%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		238	191	25%
Provisões Matemáticas		238	191	25%
<b>B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)</b>		429	191	125%

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em		Δ%
	31.12.14	31.12.13	
<b>1. Ativos</b>	431	191	126%
Disponível	11	55	-80%
Recebível	-	3	-100%
Investimento	420	133	216%
Fundos de Investimento	420	133	216%
<b>2. Obrigações</b>	(2)	-	100%
Operacional	(2)		100%
<b>5. Ativo Líquido (1-2)</b>	429	191	125%
Provisões Matemáticas	429	191	125%

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em		
	31.12.14	31.12.13	Δ%
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	-	-	<b>0%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>89</b>	<b>109</b>	<b>-18%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>89</b>	<b>109</b>	<b>-18%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10	7	43%
Custeio Administrativo dos Investimentos	5	2	150%
Receitas Diretas	74	100	-26%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(89)</b>	<b>(109)</b>	<b>-18%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(85)</b>	<b>(108)</b>	<b>-21%</b>
Pessoal e encargos	-	(40)	-100%
Viagens e estadias	-	(1)	-100%
Serviços de terceiros	(67)	(46)	46%
Despesas gerais	(14)	(19)	-26%
Outras Despesas	(4)	(2)	100%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>	<b>300%</b>
Serviços de terceiros	(4)	(1)	300%
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em		
	31.12.14	31.12.13	Δ%
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	<b>431</b>	<b>191</b>	<b>126%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>429</b>	<b>191</b>	<b>125%</b>
1.2. Benefício a Conceder	429	191	125%
Contribuição Definida	429	191	125%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	61	-	100%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	368	191	93%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
4.1. Gestão Previdencial	2	-	100%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 EM MILHARES DE REAIS)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar doravante denominada ACIPREV é constituída sob a forma de sociedade civil de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ 15.553.660/0001-77 e CNPB 20120004-11 nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelo regulamento do plano de benefício de contribuição definida (CD) por ela operado.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade, bem como o Estatuto por meio da Portaria nº 30 de 26 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012.

O plano de benefícios - ACIPREV com data base de 31/12/2014 possui 528 participantes Ativos (2013, 532), além de apresentar uma idade média populacional de 37 anos (2013, 35).

A autorização da aplicação do regulamento do plano de benefícios previdenciários da ACIPREV foi aprovada pela portaria nº 46 de 02 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 25 de 03 de fevereiro de 2012.

A ACIPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de receitas diretas e da remuneração dos seus ativos.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A ACIPREV apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 5, de 8 de setembro de 2011 e Instrução PREVIC nº 6 de 13 de novembro de 2013 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12 de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

#### I. Balanço Patrimonial;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

#### II. Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS;

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

### III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as muta es sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### IV. Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### V. Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, demonstrando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

### VI. Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

## 2.1. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**2.1.1.** A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

**2.1.2.** As práticas aplicadas em 2014 estão de modo uniforme em rela o a 2013

**2.1.3.** Apurac o do Resultado:

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determina o do resultado são computadas as receitas, as adi es e as varia es positivas auferidas no mês, independentemente de sua

realiza o, bem como as despesas, as dedu es e as varia es negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribu es de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolu o CNPC n  08 de 31 de outubro de 2011.

#### 2.1.4. Realizável:

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realiza o e incluem, quando aplicável, as varia es monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

#### 2.1.5. Investimentos

Os limites operacionais de aplica es dos recursos da entidade foram estabelecidos pela Resolu o do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e altera es posteriores. Nos termos da Resolu o CGPC n  4, de 30 de janeiro de 2002, e altera es posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a inten o de negocia o da Administra o na data da aquisi o, atendendo aos seguintes critérios de contabiliza o:

a) Títulos para negocia o – registra os títulos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisi o, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisi o e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisi o acrescido dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

#### 2.1.6. Exigível Operacional:

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

#### 2.1.7. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC N° 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes ativos e assistidos dos planos.

#### 2.1.8. Provisões Matemáticas

O plano de benefícios adota regime financeiros e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

#### 2.1.9. Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Na entidade não houve movimentações com estas características no período correspondente a esta demonstração.

### 3. ATIVIDADES DE REGISTRO E CONTROLE

**3.1. Gestão Previdencial:** compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar n° 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

**3.2. Gestão Administrativa:** compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

**3.3. Investimentos:** compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

### 4. ATIVO DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é utilizada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, referente às contas correntes é a seguinte:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<b>Descrição</b>		
<b>Banco</b>	<b>11</b>	<b>58</b>
Sicob - ag.:4441-5 e c/c.:1.312-9	11	58
<b>Total do Disponível</b>	<b>11</b>	<b>58</b>

## 5. ATIVO REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN N° 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das Entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

### a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do plano de benefícios no ano de 2014 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 15/01/2014.

### b) Controle de Riscos

No âmbito da política de investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações nos preços e cotações dos títulos. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

### c) Gestão de Investimentos

O plano de benefícios, em 31/12/2014, possuía o Fundo de Investimentos Icatu Vanguarda FIC de FIM Previdência Associativa, com a carteira abaixo discriminada:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
Icatu Vanguarda FIC FIM PREV Associativa	31.12.14	31.12.13
Renda Fixa		
Icatu Vanguarda Renda Fixa FI Plus LP	26	13
Icatu Vanguarda Gold FI Renda Fixa LP	120	24
Icatu Vanguarda Inflação Curta FI Renda Fixa	26	13
Icatu Vanguarda Inflação Longa FI Renda Fixa	28	16
Icatu Vanguarda FI Renda Fixa IPCA Crédito Privado LP	15	3
Icatu Vanguarda FI Renda Fixa Crédito Privado LP	132	35
Icatu Vanguarda Proteção Real FI Renda Fixa Crédito Privado	27	13
Renda Variável		
Icatu Vanguarda TOP Ações FIA	23	3
Icatu Vanguarda IBX FI Ações	7	6
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	16	7
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>	<b>133</b>

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é a seguinte:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
Investimentos	31.12.14	31.12.13
<b>Plano</b>	<b>420</b>	<b>133</b>
Fundos de Investimentos	420	133
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>133</b>

## 6. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, apresenta a seguinte composição:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<b>Descrição</b>		
<b>Plano</b>		
Patrimônio de Cobertura do Plano	429	191
Provisões Matemáticas	429	191
Benefícios a Conceder	429	191
<b>Total Patrimônio Social Consolidado</b>	<b>429</b>	<b>191</b>

### 6.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

O Plano de Benefícios Previdenciários – ACIPREV, administrado pelo ICATU FUNDOS DE PENSÃO, por se tratar de um plano Instituído nos termos da Resolução CGPC Nº 12, de 17 de setembro de 2002, está estruturado na modalidade de contribuição definida.

As contribuições dos participantes são de opção livre pelo participante a partir de um valor mínimo estabelecido em regulamento, que não depende de qualquer avaliação atuarial.

Os benefícios previstos em regulamento serão resultantes exclusivamente do montante de recursos acumulados pelo participante, e por empregador quando existente, e serão corrigidos pela rentabilidade líquida obtida pelos investimentos dos recursos acumulados.

Dessa forma, o plano é livre de qualquer risco de natureza atuarial, não sendo assim suscetível a testes de aderência de premissas e hipóteses atuariais, como tábuas biométricas, taxas de juros, crescimento real de salários, rotatividade, etc.

## 7. CONTAS DE RESULTADOS

**7.1.** As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 231 mil (R\$ 192 mil em 2013), esta variação decorre de contribuições eventuais, de caráter facultativo, efetuadas pelos participantes.

**7.2.** As despesas de benefícios dos assistidos no ano, no total de R\$ 3 mil (R\$ 2 mil em 2013), referem-se ao repasse do risco a seguradora.

**7.3.** As constituições líquidas das Provisões Matemáticas que foram cobertas com o resultado líquido dos investimentos e contribuições feitas para o plano deduzido dos pagamentos de benefícios, totalizaram no ano:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<b>Descrição</b>		
Benefícios a Conceder	238	191
<b>Total Constituições das Provisões Matemáticas</b>	<b>238</b>	<b>191</b>

**7.4.** As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa não resultaram constituição e nem reversão em 2014 e 2013, no Fundo Administrativo.

## 8. CONTAS DE RESULTADOS - INVESTIMENTOS

**8.1.** O resultado líquido das aplicações dos investimentos do plano no ano totalizou R\$ 10 (R\$ 1 em 2013) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

## 9. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, obtida pela aplicação do patrimônio da entidade, foi de 0,28% (0,24% em 2013), calculada com base na variação das cotas.

## 10. PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas.

### CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CORRÊA

Contador  
CRC-RJ nº 52.009/O-5

### DOUGLAS APPARECIDO GUZZO

Diretor Presidente

## COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciários da ACIPREV somaram R\$ 428.811,60, tendo o mesmo uma rentabilidade de 4,54% desde a criação do Plano.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ MIL)	2014	
	89,42	100,00%
<b>Despesas Diretas</b>	<b>89,00</b>	<b>99,53%</b>
Administradora de Planos	9,00	10,07%
Auditoria Externa	8,00	8,95%
Consultoria Atuarial	22,00	24,60%
Consultoria Jurídica	32,00	35,79%
PIS/COFINS	4,00	4,47%
Tarifas Bancárias	11,00	12,30%
Associações de Classe	3,00	3,36%
<b>Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)</b>	<b>0,42</b>	<b>0,47%</b>
Taxa de Administração	0,35	0,39%
Auditoria Externa	0,01	0,02%
CVM	0,03	0,03%
Custódia	0,01	0,01%
CETIP / SELIC / CBLC / ANBID	0,01	0,02%
Outras	0,01	0,01%



**INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE  
E DO REGULAMENTO DO PLANO**

## **INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

### **ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE**

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2014.

### **REGULAMENTO DO PLANO**

Não houve alteração do Regulamento do Plano em 2014.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site [www.aciprev.com.br](http://www.aciprev.com.br), na opção “Institucional→ Estatuto” e “Plano ACIPREV→ Regulamento” .

## **INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

# INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

### PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ACIPREV

#### 1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

##### Exercício

2014

##### Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

17/12/2013

##### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Ângela Maria Telles de Souza

##### Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

#### 2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

##### 2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS			
TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIO	VARIAÇÃO %
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO				
TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS				
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH	
Até 15%		Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-	
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-	

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

### 3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	70%	100%	90%
Renda Variável	IBrX	0%	20%	10%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

### 4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2013, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2014.

O mercado internacional continua aguardando as decisões dos Estados Unidos sobre a continuação dos estímulos à economia local. Incerteza é a palavra que define as perspectivas para o ano de 2014. Enquanto isso, na Europa, as taxas de desemprego estão bem distantes dos níveis satisfatórios e ainda é cedo para anunciar o fim da crise nessa região, apesar da redução significativa de risco de ruptura.

No cenário doméstico, o Brasil passou por um período de turbulência no segmento de renda fixa principalmente pelos ativos indexados à inflação. Dada a expectativa de aumento dos juros de curto prazo no Brasil e o efetivo aumento da taxa Selic, como instrumento de correção do rumo da inflação, os juros dos títulos do Tesouro de longo prazo foram aumentando gradativamente com a contrapartida de vermos os seus preços de mercado caindo, refletindo em rentabilidade negativa e elevada volatilidade, em alguns momentos superior ao nível de volatilidade dos índices mais comumente utilizados como representantes do segmento de renda variável.

Em resumo, 2013 continuou sofrendo resquícios da crise internacional sofrida em 2008, no cenário externo, e da pressão inflacionária e dos desequilíbrios fiscais no Brasil. Apesar das grandes contrações econômicas não serem tão frequentes, a economia vem sendo marcada pela longa duração desses efeitos e por um crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

INDICADORES	2014	2015	2016
PIB - %	2,70%	2,40%	3,50%
US\$ final - R\$	2,35	2,45	2,45
IGPM - %	5,60%	5,30%	5,00%
INPC - %	5,83%	5,28%	5,19%
IPCA - %	5,80%	5,30%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	10,00%	11,00%	9,50%
SELIC Média - %	10,00%	10,69%	9,80%
Bolsa (130% SELIC) - %	13,00%	14,30%	12,35%

\* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2013)

A ACIPREV na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES  
DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

## RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A ACIPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

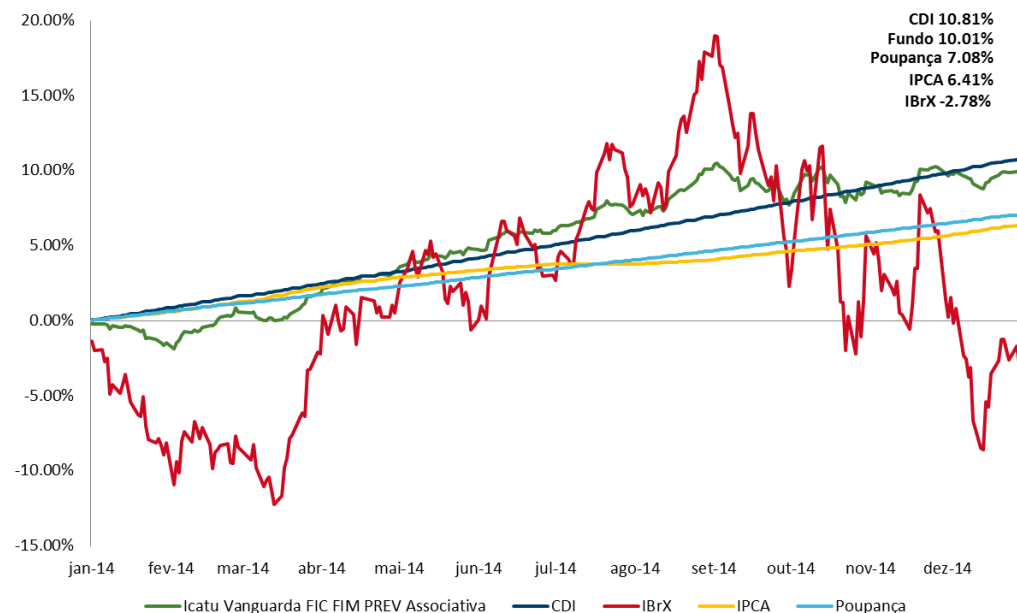
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da Política de Investimento, utiliza-se um Fundo de Investimento em Cotas Exclusivo (FIC), que aplica em cotas de fundos.

Em 31/12/2014 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, cuja macroalocação está descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCÇÃO	2014		2013	
Renda Fixa	377	89,80%	118	88,64%
Renda Variável	43	10,20%	15	11,36%
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>100,00%</b>	<b>133</b>	<b>100,00%</b>

### RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO



Os recursos da entidade estão alocados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, que teve uma rentabilidade líquida de 10,01% no ano de 2014.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Participantes**

**ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar**

**Americana - SP.**

Examinamos as demonstrações contábeis da ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **OPINIÃO**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACIPREV Fundo Multinstituído de Previdência Complementar, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

**São Paulo, 19 de março de 2015.**

### **GF AUDITORES INDEPENDENTES**

#### **GRUPO GORIOUX FARO**

CRC 2SP 025248/O-6

#### **Vladimir Ortiz Pereira**

Contador CRC 1SP 210264/O-1

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2014 E 2013**

O Conselho Fiscal da ACIPREV Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 46 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 24 de março de 2015, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2014 e 2013, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo da ACIPREV - Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar.

Registra-se que o Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva estabeleça cronograma de saneamento das seguintes deficiências da Entidade: inadimplência das contribuições e fomento de novas adesões.

**Americana, 24 de março de 2015.**

**Valdessir Javaroni**

Presidente do Conselho Fiscal

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

### **EXERCÍCIOS 2014 E 2013**

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da ACIPREV referente ao exercício de 2014 e 2013:

Em reunião de 24 de março de 2015, o Conselho Deliberativo da ACIPREV Fundo Multiinstituído de Previdência Complementar, no uso das competências de que trata Art. 33 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da ACIPREV, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da ACIPREV e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2014 e 2013.

**Americana, 24 de março de 2015.**

**Dimas Zulian**

Presidente do Conselho Deliberativo

## GLOSSÁRIO

## GLOSSÁRIO

**Balanço Patrimonial:** o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

**Conselho Deliberativo:** Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

**Conselho Fiscal:** Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

**Demonstrações Contábeis:** Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutações do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

**Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS):** a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL):** a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

**Demonstração do Ativo Líquido (DAL):** a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):** a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

**Demonstrativo de Investimentos:** o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

**Diretoria Executiva:** Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

**Estatuto Social:** Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

**Fundo de Investimento:** São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de



recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:** as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Política de Investimentos:** a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

**Parecer do Auditor Independente:** o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parecer Atuarial:** o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

**Parecer do Conselho Fiscal:** o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

**Manifestação do Conselho Deliberativo:** a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

**Relatório Anual:** Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.

**ANEXO**

**PARECER ATUARIAL**

**Fale Conosco**



**4002 0606** Capitais  
**0800 284 0606** Demais localidades  
SAC **0800 286 0116**  
**[www.aciprevprevidencia.com.br](http://www.aciprevprevidencia.com.br)**

Rua Primo Picoli, 232 - Centro  
Americana - SP - CEP 13465 640

**ACIPREV**   
aposentadoria complementar